

Timor Leste no boletim da agência geral das colónias de Portugal (1926-1952)

Alexandre Fernandes

Este texto apresenta os significados dados a Timor Leste durante os anos de 1926 a 1952 no Boletim da Agência Geral das Colónias de Portugal. A observação de alguns textos sugere que Timor Leste, antes da segunda guerra mundial, era compreendido como um espaço para enriquecimento de Portugal e era habitada por populações inferiores. Após a guerra, Timor Leste e seus nativos começam a ser tratados como, respectivamente, um espaço de civilização e de portugueses. Então é sugerido que as modificações dos termos ‘colónia’, ‘colonialismo’ e ‘nativo’ envolvidos nestes textos decorreram de eventos históricos, como o papel da Organização das Nações Unidas e um movimento emancipacionista nas colónias portuguesas.

Para compreender o processo de descolonização portuguesa, o sociólogo Valentim Alexandre (2005) atentou aos efeitos da nova configuração internacional, em que a Organização das Nações Unidas (ONU) se torna um grande ator político. Este novo sistema fez com que o estado português começasse a se contrapor às políticas chamadas pelos órgãos oficiais de anticolonialismo, tanto em resposta a movimentos de âmbito internacional, patrocinados principalmente pelos Estados Unidos e pela União Soviética, quanto, mais tarde, a movimentos das populações locais das colónias.

Os impactos de demandas anticolonialistas, surgidas no pós-guerra, foram tamanhos que surgiram novas formas de compreensão, de sentidos e de subjetividades sobre o colonialismo português. Em análise sobre as estratégias realizadas pelos estados europeus para contornar esses movimentos, Alexandre indica que o estado português tentou mostrar o empreendimento colonial não mais por sua face econômica ou da civilização, mas sim como uma estratégia de assimilação das populações do além-mar.

Ciente da importância dos eventos para os sentidos dados ao colonialismo português, este artigo pretende compreender as transformações das narrativas sobre Timor feitas pela Agência Geral das Colónias de Portugal. Para tanto, tal pesquisa foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica do periódico mensal editado pela Agência Geral das Colónias, chamado ‘Boletim da Agência Geral das Colónias’ (BGAC) no período de 1926 a 1952.

Nativos exóticos e um domínio colonial (1926-1945)

Como o BGAC era produzido muito mais para as populações metropolitanas, que em geral não tinham um contato direto com as ações do estado português em África e Ásia, as primeiras edições foram especialmente criadas para apresentar as colónias portuguesas em sua totalidade. Na edição referente à colónia de Timor, uma pequena monografia (*Timor Leste* 1927), construiu uma imagem do timorense por meio das especificidades físicas e culturais, em que se mostra o parentesco, a organização social, os cultos, a medida de tempo e os usos dos espaços físicos:

Os naturais de Timor pertencem à raça malaia, sendo o seu estado de civilização ainda muito rudimentar, vivendo em aldeias cujos chefes se dizem senhores das terras, subordinados directamente aos diversos reinos que têm por chefe superior o rei ou ‘chefe de reino’. (...) Quanto a religião, os povos de Timor são feiticistas, sem uma religião própria: adoram tudo quanto lhes cause admiração e respeito, especialmente os objetos que pertencem aos seus antepassados (...) Os Timorenses são muito supersticiosos (...) (*Timor Leste* 1927, 32).

Esta narrativa, que deduzia determinados comportamentos pela raça e tinha uma grande atenção às diferenças que a população de Timor tinha em relação às populações europeias, foi corroborada por estudos antropológicos publicados nos anos seguintes. Em texto sobre a ida timorenses na metrópole, um antropólogo afirma que a chegada de etnias como o Êma-Belu vai ter ‘um interesse de divulgação, no nosso

público, das virtualidades étnicas do além oceano' (Mendes Correa 1934). A especificidade da população de Timor era produzida especialmente pelas narrativas sobre 'usos e costumes' do povo de Timor. Os 'usos e costumes', além de classificar os timorenses como civilização rudimentar, produzia conhecimento sobre os nativos. Exemplo da produção de um conhecimento 'etnográfico' é um texto sobre as trocas matrimoniais na região de Baucau:

A mulher adquire-se, nesta região, por valores que são relativamente muitos altos, intangíveis para um certo número de auxiliares, que a pobreza reduz ao celibato ou à mancebia (Correia 1934).

Concomitantemente às narrativas sobre como era essa população, havia uma compreensão de que a população local 'sem cultura' impedia a prosperidade do projeto colonial português. O seguinte trecho apresenta sobre a falta de educação dos 'timorenses':

O problema da instrução primária aos nativos, nos meios coloniais, embora não pareça na sua generalidade, é um problema que se liga e prende intimamente com os seus problemas de fomento, de administração e de soberania; nas suas características, na sua trama estrutural, tem fortes determinantes no progredimento de cada colônia, tornando-a mais francamente apta a atingir um grau de prosperidade no seu campo econômico-financeiro (Valdez 1929).

Assim, apresentava-se a ideia da instrução como meio importante para que os nativos aceitassem mais francamente a ação civilizatória:

'No seu aspecto político, a questão da difusão da instrução primária entre os nativos reveste também um alto papel, levando-os a entender e a aceitar mais francamente e naturalmente a nossa acção civilizadora' (Valdez 1929).

O conhecimento 'etnográfico' dos usos e costumes é apresentado também como um meio de resolver os problemas do projeto colonial. A proposta da colonização, nos termos deste capitão, era que os agentes coloniais protegessem e intensificassem os usos e costumes locais para que, em troca, tenha o direito de exportação e outros benefícios vindos da produção econômica dos timorenses. Júlio Garcez de Lencastre, que foi secretário do governo de Timor, sugeriu que o interesse nacional de maior arrecadação de imposto seria apenas conquistado se a administração colonial for condizente com os usos e costumes dos timorenses. Lencastre mostrava que, durante sua administração em Timor, houve uma mudança na base de cálculo dos impostos. Em vez da taxa incidir sobre a produção agrícola, deveria incidir sobre a quantidade de famílias de um indígena.

'O indígena timorense é polígamo, a sua primeira manifestação de riqueza é ter mais do que uma mulher e portanto mais do que uma casa; há muitos com duas, outros com sete. Cada um pagaria tantas vezes o imposto quantas as mulheres que possuísse. A proposta foi aprovada e o imposto caiu bem no ânimo dos indígenas; alguns, orgulhosamente, pagavam sete vezes o imposto' (Lencastre 1929, 44).

Além da constituição de narrativas sobre a população de Timor, os BGAC também tinham discursos de como eram compreendidas as relações entre a colônia e a metrópole. Salazar constrói o vínculo com o território também em termos de 'direitos soberanos':

É lamentável que novas violências escusadas caiam sobre o mundo tão cansado delas, e se teime em demandar a justiça através do desconhecimento ou desprezo de direitos soberanos cuja legitimidade se não pensa contestar. O que nós, pequenos e fracos, não é permitido, não o é igualmente aos Governos que dirigem os grandes impérios – não lhes é permitido perder a calma necessária para distinguir os serviços dos agravos (Salazar 1942a, 12).

Deste modo, é observável que a vinculação entre Portugal e Timor Leste se expressasse por meio de um direito soberano sobre o território. Pode-se observar que os discursos apresentados sobre Timor até o fim da segunda guerra mundial mostraram aos leitores do Boletim as potencialidades da ação colonial, apresentando estratégias que permitissem ao estado português enriquecimento com a colonização de Timor Leste. O colonialismo, neste sentido, é exposto na sua carga semântica da economia (viabilidade da colonização e arrecadação de impostos), sendo a questão dos nativos de Timor tocada principalmente como uma forma de enriquecimento do estado português.

O pós-guerra e as mudanças nas narrativas (1945-1952)

No entanto, quando Portugal volta a tomar posse de Timor e a segunda guerra mundial acaba, em setembro de 1945, começaram a ser criadas narrativas que demonstravam um interesse dos timorenses em manter Portugal como colonizador, apresentando-os como ‘saudosos’ em relação aos portugueses. Isto se expressa em texto publicado pelo novo Governador de Timor, Óscar Ruas:

(...) os direitos de Portugal neste rincão não assentam no direito da força, mas residem essencialmente no coração e na vontade consciente de todos os seus habitantes europeus e indígenas (*A libertação de Timor* 1945).

Em uma narrativa sobre a chegada dos repatriados de Timor, elevando o cunho emotivo do reencontro em Dili, capital de Timor, e de como os indígenas ficaram satisfeitos com as chegadas dos portugueses.

Os indígenas e os europeus, que sobrevieram, lutaram e venceram, irmanados na comunhão maior de destino e ideal, firmes no chão português, (...). Estou certo que o hino nunca foi cantado com tão alta emoção, com mais sincero significado e com vozes mais trémulas e mais molhadas de lágrimas, que não paravam de correr. (Metelo 1945).

Diferentemente dos discursos feitos por Salazar no ano de 1942 com a invasão do território timorense, o vínculo entre Portugal e Timor Leste não é construído mais por meio de um ideal de propriedade, mas sim de uma mútua afetividade entre o estado português e os timorenses. Tais mudanças de narrativas acabam por modificar o projeto colonial português ao ponto de tornar os timorenses protagonistas do colonialismo. No ‘*discurso do Sr. Encarregado do Governo de Timor*’ (1946), Oscar Vasconcelos exalta o fato de um timorense assumir a administração colonial:

‘Mateus de Sena Barro, é filho desta terra e um homem de cor diferente da nossa. Mas se não nasceu no Continente, quando as circunstâncias lhe impuseram difícil norma de conduta, nem por isso foi menos – porque até foi mais – dos melhores portugueses, melhor até que outros de pele branca e nascido no Portugal Continental’ (Vasconcelos 1946).

Os timorenses se tornam ‘portugueses’. Essa forma de tratar o timorenses começa a desenvolver novos sentidos para categorias como ‘indígena’ e ‘usos e costumes’.

O timorense tem o sentimento da família e as suas casa são de alvenaria, bem compartimentadas, com cinco seis e oito divisões, uma varanda coberta na fronteira principal e outra, idêntica na rectaguarda, deitando para o pátio. Na lavoura utiliza, como precioso auxiliar, o búfalo, grande animal cujo peso oscila entre quinhentos e seiscentos quilos(...) (idem).

Assim, o tom dos textos sobre Timor mostra o quanto os timorenses estão satisfeito com a volta do governo português. Os antigos portugueses agora são ‘portugueses europeus’ e os timorenses são os ‘portugueses de Timor’.

O sentido do colonialismo não é o mesmo dos textos anteriores, em que se enfatizava os seus fins econômicos. Aqui, apresentou-se muito mais a ‘ação civilizatória’, na qual se afirma a proliferação de um ideal cristão. Isto não quer dizer, entretanto, que os discursos que exotizam os timorenses tenham deixado

de existir, nem mesmo que o discurso de desenvolvimento econômico cessou. Em entrevista, o mesmo governador de Timor mostra a importância da compreensão dos costumes e de quão importante é o desenvolvimento econômico de Timor para a metrópole. Mas, ainda que a questão econômica toma-se uma feição importante, as narrativas passaram a ser utilizadas por um discurso do desenvolvimento e da assimilação.

Em texto que conta sobre as ações de urbanismo na capital de Timor, Dili (*Reconstrução de Timor – Entrevista com Sr. João António Aguiar, arquitecto urbanista 1946*), mostra-se a ação colonial como extremamente benéfica, pois estaria reconstruindo a capital do país, que fora destruída pela ocupação japonesa. Centralizando os nativos de Timor como participantes desta reconstrução, mostra-se que a ação colonial como benéfica aos timorenses.

- E os timorenses colaboram nesta obra? - Com o maior entusiasmo. De resto, o governador soube criar, neles, o necessário espírito de confiança e a maior simpatia. Os nativos convocados para trabalhos públicos, são-no apenas por 30 dias, findo os quais regressam às suas culturas, na terra. Vencem um salário por cada dia de trabalho, pago no final o dia. Dá-se-lhe alojamento e boa alimentação (idem, 158).

A negação do enriquecimento do estado fica mais óbvia quando Oscar Ruas situa, de maneira periférica, a forma de custeamento das obras, indicando que o tributo é um mal necessário diante da situação que Timor se encontrava.

‘Não importa a incompreensão de alguns sectores, nem o derrotismo doutros. Uns, ignoram alguns dos dados do problema ou não têm a alma bastante elevada para compreender a grandeza do plano que havemos de executar e que há-de trazer-nos novas fontes de receita, nem compreendem que os encargos que hoje parecem excessivos serão reduzidos, a pouco e pouco, à medida que a realização desse plano possa dispensá-los, até se conseguir uma normalidade efectiva (...)’. (Ruas 1948).

Os saberes etnográficos foram significados para outras finalidades. Fazendo uma ‘etnografia’ dos ‘Caladi’, Artur Sá percebe que o termo não significa um grupo étnico, mas uma forma pejorativa de chamar alguns timorenses ‘Caladi’. A etnografia, antes comprometida como meio de enriquecimento do estado, passa a ser pensada como meio de permitir aos timorenses os ‘princípios de civilização’.

Concluimos, registrando a total aversão que todos os indígenas, mesmo os chamados propriamente Caladis, têm ao termo, por causa da ideia pejorativa que sempre traduziu em todas as suas transformações semânticas. E, quando todos viviam integrados nos princípios da civilização que lhes vêm sendo ministrados, esta alcunha injuriosa, Caladi, acabará por não ter sentido na colônia (Sá 1950).

Assim, é possível observar que uma série de eventos fizeram modificações sobre as compreensões do colonialismo. Como surgem novos portugueses, as políticas de governo também são ressignificadas. A educação passa a ser considerada um direito dos novos portugueses. Os estudos antropológicos e etnográficos, por sua vez, não são mais para fins de aumentar os lucros da agência colonial, mas para resolver os problemas dos nativos. Estas mudanças fazem com que, inclusive, os estudos científicos da população de Timor tenham novas finalidades: enquanto no período antes da guerra os ‘usos e costumes’ serviam como estratégia de dominação, no pós-guerra pretendia-se conhecer os nativos para permitir a inserção de direitos, para civilizar aquelas populações.

Considerações finais

Se o período anterior à segunda guerra mundial se apresentou como o momento de auge do colonialismo, após a segunda guerra mundial o antigo modelo começou a ser reinventado numa tentativa de manutenção do empreendimento colonial. Deste modo, os produtores de discursos do Boletim tiveram de criar sentidos contrários aos sentidos negativos dados ao colonialismo. O termo colonialismo começou a perder seu

‘poder simbólico’ (Bourdieu 2003). Além da construção de narrativas sobre as colônias, houve diversas outras estratégias, como as mudanças de noção sobre colônia, tão expressa pelo surgimento da categoria ‘província ultramarina’, ou pela emergência da noção de indígena como alguém tutelado pelo estado português. Além do mais, após 1950, os eventos anticoloniais, como os conflitos entre as elites locais e o estado português nas colônias africanas e as acusações na ONU de que o empreendimento colonial era ‘racista’, desencadearam novas estratégias. Uma delas é o surgimento do lusotropicalismo como ideologia de estado (Castelo 1998), em que se emergia a noção de português como um ser mestiço, e, conseqüentemente, de Portugal como um país pluricontinental e plurirracial.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

- Boletim da Agência Geral das Colônias* 1927, ‘Timor Leste’, nº 21, março.
Boletim Geral das Colônias 1945, ‘A libertação de Timor’, nº 244, outubro.
--- 1946a, ‘O novo governador de Timor’, nº 251, maio.
--- 1946b, ‘A odisséia do actual Bispo de Dili ou a história da sua fuga com outros missionários para a Austrália durante a ocupação de Timor’, nº 252, junho.
--- 1946c, ‘Reconstrução de Timor – Entrevista com Sr. João António Aguiar, arquitecto urbanista’, nº 257, novembro.
Boletim Geral do Ultramar 1947, ‘Timor – serviços de saúde e higiene’, nº 259, janeiro.
--- 1952, ‘Timor – População em 1950’, nº 322, maio.
Correia, Armando Eduardo Finto 1934, ‘Notas de etnografia Timorense (região de Baucau).’ *Boletim Geral das Colônias*, nº 106, abril.
Lencastre, Júlio Garcez 1929, ‘Aspectos da administração de Timor.’ *Boletim da Agência Geral das Colônias*, nº 54, dezembro.
Marinho, José S. 1945, ‘Aldeamentos indígenas – Um dos problemas da colonização de Timor.’ *Boletim Geral das Colônias*, nº 238, abril.
Mendes Correia, Artur 1934, ‘Antropologia de Timor.’ *Boletim Geral das Colônias*, nº 108, junho.
Metelo, António 1945, ‘Crônica da vida colonial na metrópole.’ *Boletim Geral das Colônias*, nº 244, novembro.
Ribeiro, Artur 1926, ‘Política, administração e trabalho na província de Timor.’ *Boletim da Agência Geral das Colônias*, nº 8, fevereiro.
Ruas, Oscar 1948, ‘Conferência dos administradores de Timor – Discurso do Sr. Governador na inauguração dos trabalhos.’ *Boletim Geral das Colônias*, nº 277, julho.
Sá, Artur de 1950, ‘Caladís de Timor.’ *Boletim Geral das Colônias*, nº 302-303, agosto.
Salazar, António de Oliveira 1942, ‘Exposição de S. Ex. O Sr. Presidente do conselho acerca dos sucessos de Timor.’ *Boletim Geral das Colônias*, nº 199, janeiro.
Valdez, José 1929, ‘A instrução do nativo Timor – o que deve ser.’ *Boletim da Agência Geral das Colônias*, nº 54, dezembro.
Vasconcelos, Oscar Freire de 1946, ‘Discurso do encarregado do governo de Timor.’ *Boletim Geral das Colônias*, nº 251, maio.

Fontes secundárias

- Alexandre, Manuel Valentim 2005, ‘A descolonização portuguesa em perspectiva comparada.’ *II Conferência Internacional FLAD-IPRI – Portugal, The USA and Southern Africa*, Lisboa, 10 de Novembro.
Bourdieu, Pierre 2003, ‘Sobre o poder Simbólico.’ In BOURDIEU, Pierre *O Poder simbólico*. Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro.
Castelo, Cláudia 1998, *O modo português de estar no mundo: O luso-tropicalismo. e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Edições Afrontamento, Porto. homogeneizar
Rodrigues, Luís Nuno 2004, ‘About-Face: The United States and Portuguese Colonialism in 1961.’ *E-journal of portuguese history* 1.